



DOS PRECEITOS À REALIDADE: A VILA DA FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR E AS CONDIÇÕES DE HIGIENE (NATAL/RN, 1948 A 1954)

EIXO TEMÁTICO: DISPUTAS DO/PELO PROGRESSO E DO/PELO MODERNO

FERREIRA, Angela Lúcia

Arquitetura pela UnB (1975), doutorado em Geografia pela Universitat de Barcelona/Espanha (1996) e pós-doutorado (CAPES/Estágio Sênior) na Universidad de Murcia/Espanha (2010); UFRN

angela.lucia.ferreira@ufrn.br

COSTA, Talita Santiago Ferreira

Graduanda em Geografia; UFRN

talitasantiagoo@gmail.com

RESUMO

A Vila da Fundação da Casa Popular foi construída em Natal, no bairro das Quintas, com objetivo de fornecer moradia popular e acessível; no entanto, suas condições de salubridade não contemplavam os padrões ideais preconizados pelas instituições promotoras. À vista disso, objetiva-se compreender as ações tomadas pela Prefeitura do Natal e pela Fundação da Casa Popular na produção do conjunto habitacional perante os preceitos higienistas. Para tanto, analisou-se de forma crítica reportagens em periódicos da época que buscavam expor o estado do assentamento. Ao mesmo tempo, a revisão bibliográfica se deu a partir de autores que tratam do higienismo e produção de habitação social, no Brasil (Andrade e Azevedo, 1982; Bonduki, 1998) e na cidade de Natal (Cicco, 1920; Almeida, 2007; Ferreira et al., 2008). A partir dos resultados, observou-se que a administração municipal e federal tratou com negligência e descaso a implantação do conjunto e as condições socioeconômicas da população, relativas à construção da Vila Fundação, e condicionou seus moradores a situações degradantes de sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação popular; Higienismo; Política de moradia; Natal-RN.

ABSTRACT

The Popular House Foundation Village was built in Natal, in the neighborhood of Quintas, with the objective of providing affordable and popular housing; however, its health conditions did not meet the ideal standards recommended by the promoting institutions. In view of this, the objective is to understand the actions taken by the City Hall of Natal and the Foundation of the Casa Popular in the production of housing set before the hygiene precepts. For this, it was critically analyzed reports in periodicals of the time that sought to expose the state of the settlement. At the same time, the literature review was based on authors who deal with hygiene and social housing production in Brazil (Andrade and Azevedo, 1982; Bonduki, 1998) and in the city of Natal (Cicco, 1920; Almeida, 2007; Ferreira et al., 2008). From the results, it was observed that the municipal and federal administration treated with negligence and neglect the implementation of the set and the socioeconomic conditions of the population, related to the construction of the Foundation Village, and conditioned its residents to degrading situations of survival.

KEY-WORDS: *Popular housing; Hygiene; Housing policy; Natal-RN.*

RESUMEN

La Villa de la Fundación de la Casa Popular fue construida en Natal, en el barrio de las Quintas, con el objetivo de proporcionar vivienda popular y accesible; sin embargo, sus condiciones de salubridad no contemplaban los estándares ideales preconizados por las instituciones promotoras. En vista de esto, se pretende comprender las acciones tomadas por el Ayuntamiento de Natal y la Fundación de la Casa Popular en la producción del conjunto habitacional ante los preceptos higienistas. Para ello, se analizó de forma crítica reportajes en periódicos de la época que buscaban exponer el estado del asentamiento. Al mismo tiempo, la revisión bibliográfica se dio a partir de autores que tratan del higienismo y producción de vivienda social, en Brasil (Andrade e Azevedo, 1982; Bonduki, 1998) y en la ciudad de Natal (Cicco, 1920; Almeida, 2007; Ferreira et al., 2008). A partir de los resultados, se observó que la administración municipal y federal trató con negligencia y desinterés la implantación del conjunto y las condiciones socioeconómicas de la población, relativas a la construcción de la Villa Fundación, y ha condicionado a sus habitantes a situaciones degradantes de supervivencia.

PALABRAS CLAVE: *Vivienda popular; Higiene; Política de la vivienda; Natal-RN.*

INTRODUÇÃO

Ao final da década de 1940, a construção de uma Vila em Natal causou bastante controvérsias, retratada na imprensa local. Esse constituiu um período em que se intensificou a produção de habitação social na cidade. Fatores econômicos e sociais, como a migração do campo para a cidade devido à seca que acometia o sertão nordestino em 1942, assim como a intensa movimentação em busca de trabalho durante a participação da capital potiguar na Segunda Guerra Mundial, marcaram o crescimento no contingente populacional da cidade e o impulsionamento do setor imobiliário. A polêmica evidenciava a construção das casas próximo ao matadouro municipal e sem infraestrutura adequada. O terreno doado pela prefeitura à Fundação da Casa Popular (FCP) localizava-se no bairro das Quintas, que não possuía as devidas condições de abastecimento de água potável e tratamento de esgoto, bem como de pavimentação das ruas.

Desde o final do século XIX, se apontava a necessidade de intervenção quanto às condições de insalubridade nas cidades e nas moradias. No Brasil, as políticas de habitação vão incorporar essa preocupação e “a questão passa a receber tratamento prioritário do Estado” (Bonduki, 1998, p. 20). Apesar disso, no entanto, locais como a Vila da Fundação continuaram a ser produzidos. Mas, de que maneira os preceitos higienistas foram aplicados na construção de um conjunto residencial no bairro das Quintas pela Prefeitura Municipal de Natal em parceria com a Fundação da Casa Popular, na década de 1940?

Tal indagação aponta para o propósito deste trabalho. Assim, tem-se como objetivo geral compreender a estratégia do poder local em consonância com a política habitacional vigente no país na promoção de habitação social em Natal, principalmente no caso da Vila da Fundação. Dessa forma, contribuir com os estudos do HCUrb acerca das condições de salubridade na provisão de residências no momento de atuação da FCP na capital potiguar. Especificamente, procura entender os preceitos higienistas em pauta no Brasil e na cidade do Natal; o contexto nacional da habitação social que provocou a criação de entidades como a Fundação da Casa Popular; a produção de moradia na cidade do Natal durante a década de

1940; por fim, identificar as ações tomadas pela administração pública na construção da Vila Fundação.

A pesquisa retoma investigações trabalhadas pelo grupo de pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCUrb), com enfoque em habitação popular ou para categorias de trabalhadores, como a atuação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP), que possui certa produção bibliográfica elaborada pelos pesquisadores do grupo. O resultado da pesquisa é fruto de um trabalho de iniciação científica vinculado ao projeto de pesquisa “Territórios “enfermos”: conflitos e soluções na relação técnica-natureza”, associado ao HCUrb, dentro do eixo de análise que trata sobre higienização das moradias, modos de morar, posturas municipais e códigos de obra.

A seguir, se apresenta os caminhos e procedimentos da pesquisa bibliográfica e do levantamento de dados analisados que compõe a metodologia. Os resultados e discussões estão estruturados em três subitens: 1) Panorama dos preceitos higienistas aplicados à moradia em escala nacional e local; 2) A crise de habitação no Brasil junto a criação da FCP em 1940; 3) A questão da habitação social em Natal e os desdobramentos relativos à construção da Vila Fundação.

METODOLOGIA

Inicialmente, realizou-se uma revisão da literatura para compreensão de técnicas e métodos necessários para organização do trabalho científico para em seguida empreender outras etapas, simultâneas ou não, como a construção da base teórica e levantamento de dados secundários e empíricos para posterior sistematização e análise.

Na construção da base teórica, para entender os preceitos higienistas em escala nacional e local, constituíram fundamentais as contribuições de: Januário Cicco (1920), a partir de sua “Topographia de Natal e sua Geographia Medica”, que descreve Natal ainda na década de

1920 e contribuiu para o entendimento dos ambientes insalubres, bem como sugeriu as primeiras intervenções sanitárias no espaço concreto e nas habitações; o livro de Angela Ferreira et al. (2008), dado suas contribuições a respeito dos princípios higienistas e a inserção da saúde pública no desenvolvimento das cidades, especialmente no caso de Natal. Para o entendimento do panorama da produção de habitação antes do BNH, foram importantes os autores: Luis Aureliano Gama de Andrade e Sérgio de Azevedo (1982), que trabalham sobre a origem da Fundação da Casa Popular até sua extinção e desdobramentos sobre a política habitacional no Brasil; Nabil Bonduki (1998), cuja obra realiza um apanhado de informações sobre as origens da habitação social no Brasil, contribuindo da mesma forma sobre a questão da higiene nas habitações, além de contribuir com a análise de políticas públicas voltadas para habitação no país; Nabil Bonduki e Ana Paula Koury (2014), que apresentam um inventário de produção de moradias pelo estado brasileiro entre os anos de 1930 e 1964. No que concerne a Natal, foram importantes, ainda, os trabalhos de Caliane Almeida (2005 e 2007), que discute as intervenções estatais sobre a habitação em Natal de 1889 e 1964, além das origens e produção da habitação social na cidade no mesmo período; de Giovana Paiva de Oliveira (2008), ao se debruçar sobre as transformações da cidade do Natal durante o contexto da Segunda Guerra Mundial; Por fim, de Câmara Cascudo (1999), em contribuição acerca do cenário potiguar no contexto da presença de militares na cidade durante a década de 1940.

A pesquisa empírica se deu na investigação de jornais locais digitalizados na Biblioteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional, usando o termo “Fundação da Casa Popular”. Analisou-se de forma crítica 166 ocorrências de tendências diferentes, distribuídas nos seguintes jornais: Diário de Natal (96), O Poti (34), e A Ordem (36). As ocorrências foram organizadas em uma planilha com número da edição do jornal, data, transcrição da reportagem e anexos, disponível no acervo do HCurb. Recorreu-se, também, aos documentos digitalizados do Governo Brasileiro no *Center for Research Libraries* (<http://ddsnext.crl.edu/>). Na oportunidade foram investigados documentos mediante disponibilidade no acervo, como o relatório do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1947) e mensagens presidenciais anuais ao Congresso Nacional da gestão de Eurico Gaspar Dutra (1947-1950); de Getúlio Vargas (1951-1954); de Juscelino Kubitschek (1956-1960); e de Jânio Quadros (1961-1964).

Cabe ressaltar, ainda, as contribuições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao estimar os números da população brasileira por meio dos recenseamentos das décadas de 1940, 1950 e 1960. Optou-se por evidenciar, principalmente, as origens da Vila Fundação e as consequências de sua inauguração durante os anos em que foram encontrados registros nos jornais locais acerca do conjunto em Natal.

É necessário afirmar, ainda, que se respeitou as tipografias, ortografia, redação e normas da época nas citações de textos dos periódicos e documentos históricos. Ademais, foi imprescindível o rastreamento no acervo físico e digital (mapas, plantas, fotografias, livros e periódicos) pertencente ao HCUrb.

PANORAMA DOS PRECEITOS HIGIENISTAS APLICADOS A MORADIA EM ESCALA NACIONAL E LOCAL

O século XIX marcou uma série de ações no controle sanitário na produção do espaço urbano, uma vez que o crescimento das cidades e o avanço expressivo de epidemias como a cólera, a febre amarela e a varíola evidenciaram problemas de higiene urbana que interferiam diretamente na saúde pública, justificando intervenções nos ambientes. Segundo Angela Ferreira *et al.* (2008), medidas foram tomadas conforme o saber médico no combate a doenças e criação de ambientes sadios, entre elas o distanciamento de edificações insalubres como os matadouros do centro da cidade.

Uma das providências para se combater as doenças e criar um ambiente sadio, segundo o saber médico, continuou a ser o afastamento das edificações insalubres e “perigosas”, que até o momento compartilhavam o mesmo espaço central da cidade. A lista de equipamentos “expulsos” do limite da cidade (que antes se restringiam aos hospitais e cemitérios) foi complementada então pelos matadouros, pelas salgadeiras, pelos bebedouros públicos e pelos estábulos, entre outros, que passaram a ser submetidos a rígidas normas de inspeção sanitária. Iniciou-se, de fato, o período de intensas intervenções urbanas, uma vez que as cidades, ainda no século XIX, com seus altos índices de concentração populacional, de sujeira e de “promiscuidade”, continuavam a ser apontadas como focos geradores de doenças e epidemias (Ferreira *et al.*, 2008, p. 39).

Essa questão foi tratada ao decorrer no século XIX, mas “o cenário urbano no Brasil do final dos oitocentos continuava marcado pelas péssimas condições sanitárias que agravavam e tornavam frequentes as epidemias” (Ferreira *et al.*, 2008, p. 43). Além das ações incorporadas na cidade, esse contexto também culminou a necessidade de intervenção do Estado na produção de habitação pelas condições de insalubridade encontradas nos ambientes de moradia. Frente à expansão das cidades, Bonduki (1998) afirma que a atenção do poder público durante as primeiras décadas do século XX se volta para a questão da habitação popular.

Os problemas que mais preocupam as autoridades eram os que agravavam as condições higiênicas das habitações, dado que no final do século foram inúmeros os surtos epidêmicos que atingiram as cidades brasileiras. Essa questão passou a receber tratamento prioritário do Estado e pode-se dizer que ação estatal sobre a habitação popular se origina e permanece na Primeira República voltada quase que apenas para esse problema. (Bonduki, 1998, p. 20).

A necessidade de aplicação dos preceitos sanitaristas norteou o desenvolvimento e a tentativa de modernização das cidades brasileiras ao longo do século XX. Os médicos higienistas eram os principais responsáveis por identificar os ambientes insalubres e reportar para a administração pública as intervenções necessárias, as quais seriam posteriormente realizadas por engenheiros. Em Natal, o médico sanitarista Januario Cicco realizou um estudo sobre a “Topographia de Natal e sua Geographia Medica”, publicado no ano de 1920 em seu livro “Como se higienizaria Natal”. No referido estudo o autor menciona condições de insalubridade nas regiões habitadas da capital potiguar. Nas Rocas, um dos primeiros bairros da cidade, o autor descreve a quantidade de 597 casas de taipa que “não têm as condições de hygiene necessarias á vida de 2390 habitantes” (Cicco, 1920, p. 22). De forma mais específica, o autor afirma que:

As suas casas, pequenas, em numero de 597 têm o piso desprotegido; todas de taipa, acaçapadas, sob cujos tectos moram, em média, 4 pessoas por habitação, têm o systema de fossas que agrava a situação precaria de suas condições sanitárias abrindo-se cavas desprotegidas no sólo arenoso, onde se guardam os dejectos organicos, e as quaes se sucedem, á medida que terminam a sua tarefa. E assim se constitue um sub sólo nocivo á vida de todos [...] (Cicco, 1920, p. 22).

Esse panorama reforça o desenvolvimento de argumentos higienistas anos antes da construção da Vila Fundação, incluindo a posição dos agentes de saúde localmente. No entanto, questiona-se a aplicação desses preceitos.

CRISE DE HABITAÇÃO NO BRASIL JUNTO A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO CASA POPULAR: DÉCADA DE 1940

A década de 1940 desencadeia uma crise habitacional no Brasil de motivos “complexos e diversificados” (Bonduki, 1998, p. 248). Mudanças socioeconômicas no contexto brasileiro influenciaram diretamente o cenário imobiliário. O êxodo rural aliado ao processo de industrialização provocou uma crescente populacional nos centros urbanos, somando-se as dificuldades impostas pela Segunda Guerra Mundial, cujos efeitos reverberaram-se de maneira global. Em mensagem do Governo Federal no ano de 1947, o então Presidente General Dutra reforça os motivos que acentuam o problema da habitação no Brasil, e comenta a necessidade de soluções.

O problema da habitação é, no mundo de hoje, um dos mais angustiantes, e suas manifestações se têm feito sentir agora, entre nós, de forma aguda, mercê do crescimento da população, do seu acúmulo cada vez mais acentuado nas grandes cidades, do encarecimento das construções, e da alta dos preços dos imóveis, em desproporção com a capacidade aquisitiva média, além de outros fatores nocivos diretos ou indiretos. Pouco encarado em épocas passadas, o problema passou a se apresentar por forma crítica nos últimos tempos, a exigir soluções amplas e imediatas [...] (Brasil, 1947, p. 48)

Diante dessa crise, o Estado interveio no campo da habitação a partir da produção de moradias, organizando-as em conjuntos habitacionais. Os primeiros órgãos do Governo Federal que atuaram no setor de habitação foram os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a Fundação da Casa Popular (FCP), desenvolvendo e financiando moradias no chamado período populista (Bonduki, 1998). Coube a FCP, especialmente, enfrentar o desafio da habitação social no país de maneira abrangente, conforme continuidade da mensagem do Presidente Dutra.

[...] Nesse sentido foram expedidos dispositivos legais básicos, instituindo e dando estrutura à Fundação da Casa Popular, organismo destinado a enfrentar, em seus múltiplos aspectos, esse problema, bem como os correlatos, de ordem técnica, econômica, financeira e social. (Brasil, 1947, p. 48)

Instituída em 1º de maio de 1946 pelo Decreto-lei nº 9.218, a FCP foi o primeiro órgão nacional voltado exclusivamente para a provisão de residências às populações de pequeno poder

aquisitivo (Andrade e Azevedo, 1985), diferentemente dos IAPs, cujo alvo era as categorias de trabalhadores. No mesmo ano, o Decreto-lei nº 9.777 incluiu novos objetivos à Fundação e o órgão passaria a atuar em áreas complementares (Andrade e Azevedo, 1985). As mudanças previam a centralização da gestão, fontes permanentes de recursos e uma visão abrangente que buscava articular a produção de moradia com o desenvolvimento urbano (Bonduki, 1998). Dessa maneira, ocorreria a centralização de fundos destinados à habitação (a exemplo dos IAPs) na FCP, que atuaria de forma ampla na construção de moradias. Além disso, a ideia de desenvolvimento urbano previa a assistência em obras de infraestrutura urbana e financiamento de indústrias de material de construção. Segundo os autores, essas mudanças refletiam na ideia de que “não era possível enfrentar o problema de moradias sem atacar os entraves representados pela ausência de infraestrutura física e de saneamento básico” (Andrade e Azevedo, 1982, p. 21). A atribuição dos novos afazeres pode ter sido base para os problemas que a instituição enfrentaria nos poucos anos de sua existência. Essa expectativa de atuação da Fundação Casa Popular não foi bem quista por alguns setores, principalmente dos IAPs e sindicatos, do setor imobiliário e até mesmo dos estados, conforme Bonduki e Koury (2014). Além disso, o levantamento de fundos ficou limitado ao recolhimento da União, comprometendo demais investimentos no órgão. Até 1964, quando extinta, a FCP resistiu com diversas mudanças na intenção de abarcar a política habitacional do país, porém não foi bem-sucedida. De acordo com Andrade e Azevedo (1982), a entidade ficou limitada a construções pontuais e não atingiu o papel esperado para compreender a política habitacional brasileira.

Vergada ao peso do populismo, dividindo com as burocracias dos institutos o mesmo espaço de ação, e sem o respaldo popular trazido em demanda universalista, a Fundação da Casa Popular não atingiria maturidade institucional capaz de levá-la a uma visão compreensiva da questão habitacional. Limitou-se, por esses fatores, a construir “aqui e ali”, até onde o fôlego das verbas do Tesouro lhe permitiam. (Andrade; Azevedo, 1985, p. 54).

A Fundação empenhou-se por um curto período em relação ao seu potencial de assumir a política habitacional brasileira. Os IAPs – que em sua maioria atendia a famílias de renda média e alta – construíram mais de 100 mil unidades habitacionais que Fundação da Casa Popular (Bonduki, 1998).

HABITAÇÃO SOCIAL EM NATAL: PAPEL DO PODER PÚBLICO E DESDOBRAMENTOS RELATIVOS À CONSTRUÇÃO DA VILA FUNDAÇÃO

A crise de habitação no cenário nacional pode ser vista em Natal a partir de suas especificidades. No exemplo da capital potiguar, a sua localização estratégica no continente favoreceu o interesse dos Estados Unidos na instalação de uma base militar na região. Segundo Câmara Cascudo (1999), a cidade abrigou cerca de 10 a 15 mil militares estadunidenses entre 1942 e 1944, mais a presença dos militares brasileiros. Outro fator contribuiu para o crescimento populacional da cidade: em 1942 é prevista uma grande seca no interior. A partir disso, os flagelados da seca começam a chegar na cidade motivados pela oferta de empregos e pela movimentação no âmbito da construção civil (Oliveira, 2008). A soma desses fatores promoveu o rápido crescimento populacional da cidade, dobrando praticamente a população de 54.836 para 103.215 habitantes em duas décadas (IBGE 1940 e 1950). Evidentemente, a soma desses fatores e a intensa movimentação econômica e social inferiu em novas configurações do espaço urbano da capital potiguar. No que tange à habitação, a cidade precisava suprir a necessidade de moradia para atender o novo contingente populacional. De acordo com Almeida (2007), novas edificações surgiram nesse período, no entanto, algumas já não consideravam o rigor técnico para garantir o padrão adequado de moradia.

Nesse período, as construções e reformas estavam sob a orientação de determinadas entidades. Um exemplo é a Comissão de Saneamento de Natal, a cargo do Escritório Saturnino de Brito, responsável pela elaboração do Plano Geral de Obras em 1939, responsável pela fiscalização sanitária das edificações e da cidade, além de intervir na sua organização, reforma, expansão e embelezamento do espaço urbano e das edificações (Almeida, 2007). É preciso destacar que entre as décadas de 1940 e 1950 não houve a elaboração de novos planos ou de um efetivo planejamento urbano em Natal, feito somente em 1967. Por conta disso, Almeida (2008) reafirma que o Plano Geral de Obras de 1939 se tornou obsoleto frente às mudanças no período citado. Os códigos de obras instituídos pelo município e os regulamentos do Departamento de Saúde Pública e da Repartição de Saneamento de Natal continuam a reger

as reformas e a concepção de novas construções na cidade, mas a rápida expansão urbana também tornou o trabalho das repartições defasado.

Frente ao rápido crescimento da cidade e à concepção de inúmeras edificações nesse período, o sistema de fiscalização das habitações tornou-se obsoleto. Mais uma vez evidenciou-se no cenário da capital norte-riograndense, diversas edificações de baixos padrões construtivos, resultantes da ação da iniciativa privada com ânsia de lucro e/ou da população sem condições de construir uma residência adequada [...] (Almeida, 2008, p.115).

A partir desse cenário de escassez de moradias e a necessidade latente em produzir habitações para os variados tipos de pessoas presentes na cidade, novas edificações surgem na capital. Entre “habitações luxuosas, vilas operárias, vilas militares e moradias com baixos padrões construtivos” (Almeida, 2007, p. 137), a década de 1940 se arrasta como contexto de grandes mudanças no campo habitacional local. Entre as iniciativas, é anunciado a construção de casas populares para o Rio Grande do Norte por meio da Fundação da Casa Popular.

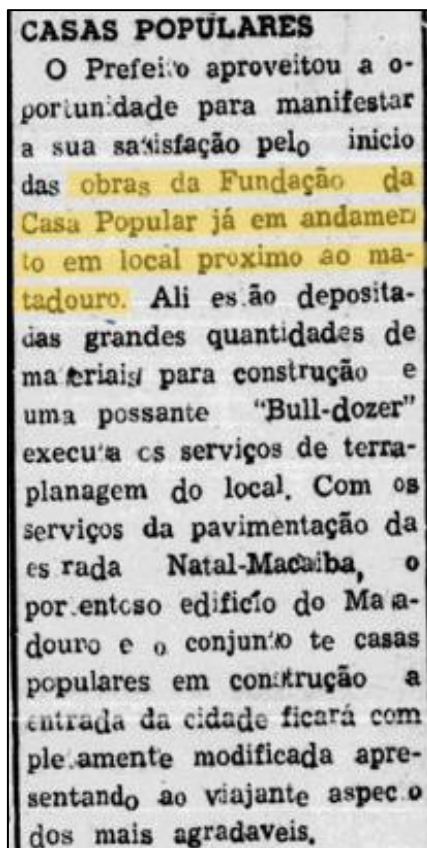
Casas Populares no Rio G. do Norte. RIO, 25 - Realizou-se, no dia 23, a solenidade de assinatura do acôrdo do Estado do Rio Grande do Norte com a Fundação da Casa Popular, para construção de nucleos residenciais naquele Estado. (Casas..., 1947, p. 1)

No ano de 1948, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pasta responsável pela Fundação, reforça que em Natal será concluído um núcleo residencial, se tratando da Vila da Fundação.

Dentro em breve, estarão concluídas as de Teresina e Parnaíba, no Estado de Piauí, em número de 29 e 45, respectivamente, as de Natal (Rio Grande do Norte), João Pessoa, Campina Grande e Patos (Paraíba), que serão contempladas com um total de 184 unidades. (Brasil, 1948, p. 150)

Nos jornais locais, o conjunto foi anunciado pelo Diário de Natal, reforçando a construção próxima ao matadouro da cidade, fato que marca uma contradição de caráter sanitário (figura 01).

Figura 1: Anúncio das obras próximo ao matadouro



Fonte: Diário de Natal (1948)

A construção de moradias próximo a estabelecimentos dessa natureza (matadouros, cemitérios, fornos de incineração) foi extremamente desaconselhada ainda nos primórdios da aplicação dos preceitos higienistas no século XIX. Outro paralelo ligado ao matadouro é que a Vila foi construída em local distante do centro da cidade, onde o acesso era difícil pela falta de transporte público e dificuldade de locomoção nas estradas de acesso que ainda estavam em processo de estruturação. Entretanto, o problema se agrava, uma vez que o fornecimento de água potável também estava restrito, submetido a rede que abastecia o próprio matadouro.

É de supor que se tratará quanto antes de resolver o problema de água, a fim de que a elegante vila não demore a se povoar de moradores. Atualmente existe ali apenas um poço tubular, no perímetro do matadouro, que muito mal atende as necessidades do próprio matadouro. [...] A solução dos demais problemas poderia vir depois com a remoção da esterqueira e despejos de detritos do matadouro nas imediações, que provocam máus odores e ajudam na proliferação de moscas (Inauguradas..., 1948).

Já em 1950, o mesmo problema de abastecimento de água permanece na Vila. Dessa vez, o periódico anuncia um telegrama enviado pelos residentes às autoridades da Fundação Casa Popular no Rio de Janeiro, além de denunciar as condições de higiene de um riacho próximo que abastecia os residentes no momento de necessidade.

Tem sido uma velha aspiração dos moradores da Vila Popular, situada no bairro das Quintas, a construção de um poço para fornecimento de água, o que já fora prometido mais de uma vez, mas que até o momento não fora concretizado, continuando as famílias residentes na Vila Popular a servirem-se de água do Matadouro. No entanto, tendo se quebrado o motor, passaram as famílias a se servirem de água de um pequeno riacho que corre nas imediações, e onde não existe a melhor higiene [...] O seguinte texto do telegrama enviado para a Fundação Casa Popular, no Rio de Janeiro: “Natal, 8-8-1950 – Ilmo. Sr. Diretor da Fundação Casa Popular. Solicitamos vossas urgentes providencias para resolver o abastecimento de agua das casas do nucleo residencial de Natal – Rio Grande do Norte – desde que a bomba do Matadouro local encontra-se quebrada ha 15 dias, obrigando, assim, que os proprietarios das residências Vila Popular venham se servindo de um pequeno riacho que corre nas imediações [...] A prefeitura de Natal não vem demonstrando menor interesse resolver problema pelo que somos forçados a recorrer vossas dignissima autoridade, certos de que seremos atendidos (Sem agua..., 1950).

O telegrama foi assinado por cerca de 10 moradores, fora outros que não constam os nomes na reportagem. Nos anos seguintes, não é identificado uma resposta da FCP para o apelo dos residentes. em 1953, o jornal volta a evidenciar a falta d’água e outros problemas da vila (figura 02), afirmando que o abastecimento ficava condicionado à “gentileza” da prefeitura durante alguns minutos, somente duas vezes por semana (O que..., 1953).

Figura 2: Realidade da Vila da Fundação



Fonte: Diário de Natal (1953)

Esse cenário de descaso com a população residente do conjunto é mais uma evidência da negligência por parte da administração pública quanto a infraestrutura de moradia necessária para o bem-estar de quem residia na Vila. É possível que o baixo interesse na resolução desses problemas seja parte, além das contradições sanitárias, do papel segregador no âmbito da habitação popular. De acordo com Bonduki, “o problema da habitação popular no final do século XIX é concomitante aos primeiros indícios de segregação espacial” Bonduki (1998, p. 20). Dessa forma, o autor afirma que a segregação espacial garante a diferentes classes, formas diferentes de vivenciar a expansão da cidade

Se a expansão da cidade e a concentração de trabalhadores ocasionou inúmeros problemas, a segregação social do espaço impedia que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana, garantindo a elite áreas de uso exclusivo, livres de deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos (Bonduki, 1998, p. 20).

Em 1954, em reportagem do jornal O Poti, o pesadelo parecia ter fim. Com o passar do tempo, melhorias foram vistas em relação ao transporte quando uma linha de ônibus começou a ir até a própria Vila. A expectativa era de resolução de outro problema: a água. No mesmo período foi instalada uma bomba elétrica com um grande reservatório capaz de abastecer as casas (Ao inves..., 1954). Esse feito estimulou o povoamento da Vila e a satisfação dos residentes. Infelizmente, a bomba também começou a apresentar problemas. Dessa vez, a reportagem mostra que o problema da falta d'água iniciou por culpa das obras de saneamento, ocasionando a falta de água em toda cidade. Depois de um tempo, foi identificado que a carência do líquido foi motivada pela inutilização da bomba elétrica, que não jogava água para o tanque (Ao inves..., 1954). Logo fica claro a negligência por parte da FCP sobre o telegrama enviado pelos moradores clamando por urgentes providências quanto ao abastecimento, uma vez que o órgão não autoriza o conserto do equipamento.

Surgiram as naturais dificuldade. Eram 72 famílias vivendo momentos angustiosos, sem uma gota d'água em casa, só não morrendo de sede porque o Matadouro, ou bem ou mal, supria-lhes, às vezes, as necessidades. Os apelos surgiram. O administrado, Sr. Teodorico Freire alegava a impossibilidade de proceder a reparos no aparelho da bomba

porque não dispunha, nem de verbas nem de autorização da Direção Geral da Fundação, no Rio (Ao inves..., 1954, p. 6).

O Sr. Teodorico Bezerra, administrador da Vila, se torna uma figura importante nessa questão. Retratando os esforços políticos envolvidos na questão da habitação, especialmente aqui na Vila Fundação, o periódico revela que em gesto “nobre” de vésperas de eleições, ele financiou os reparos de que a bomba necessitava (Ao inves..., 1954, p. 6).

Esse apontamento soma-se a má atuação da FCP a respeito das suas competências, condicionando os moradores da Vila da Fundação a situações degradantes de sobrevivência. Da mesma forma, a reponsabilidade se estende a gestão municipal, que viu a população da Vila encarar inúmeros problemas de ordem pública, sem a devida assistência na infraestrutura urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A salubridade das moradias se torna pauta na saúde pública à medida que acompanha o processo de disseminação de doenças. No caso das habitações populares, por conta de fatores sociais e do processo de segregação do espaço, essas formas de moradia “expressam preocupação” quando interferem no bem-estar coletivo durante o processo de expansão dos centros urbanos. A intervenção do Estado se torna crucial nesses casos, principalmente ao atenuar os efeitos das epidemias e projetar as cidades para um “futuro moderno”. Na realidade, os preceitos estabelecidos na criação da FCP não foram observados. A construção da Vila da Fundação representa contradições diretamente associadas a condições de higiene e a vulnerabilidade social e econômica dos seus moradores. O fato de o conjunto habitacional ter sido construído próximo ao matadouro municipal, atrelado a falta de acesso à água potável, saneamento e redes de acesso, exemplifica que as ações tomadas pela Prefeitura de Natal e pela Fundação da Casa Popular - esfera municipal e federal - foram, em suma, segregadoras e direcionadas a um grupo populacional que, aparentemente, “não merecia” os cuidados de atenção básica à saúde. As reportagens nos periódicos junto aos aportes da literatura pertinente mostram desinteresse da administração pública em promover um ambiente salubre para a população daquele lugar. É possível considerar, da mesma forma,

que a escolha do terreno doado pela prefeitura nos limites municipais foi crucial para validar esse tipo de construção. Dificilmente tais condições de habitação serviriam a elite da cidade, ou até mesmo seria construída dessa maneira em lugar nobre.

A compreensão da história do espaço urbano se torna fundamental para o enfrentamento de outras situações ocorridas até o presente momento. A desenfreada expansão urbana, a falta de moradia e a insalubridade de bairros populares ainda é pauta no século XXI. A recente pandemia da COVID-19 mostrou a intrínseca relação entre a saúde e as condições de habitabilidade. Assim, aprender com os dilemas do passado se torna essencial no enfrentamento a qualquer crise ambiental, social e econômica que possa envolver o acesso à moradia digna.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caliane C. O. **“Os Caminhos da Habitação” um panorama geral das intervenções estatais Natal (1889-1964)**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.

ALMEIDA, Caliane C. O. **Habitação Social: origens e produção**. (Natal, 1889-1964). 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 2007.

ANDRADE, Luis Aureliano Gama de; AZEVEDO, Sérgio de. **Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

AO INVES de agua corre sangue na remota vila da fundação popular. **O Poti**, Natal, p. 8-6, 5 ago. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/031151_01/56. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Relatório referente ao ano de 1947 apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Ministro Morvan Dias de Figueiredo. Rio de Janeiro, 1948.

BONDUKI, Koury. KOURY, Ana Paula. **Os pioneiros da habitação social: Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964**. v. 2. São Paulo: UNESP, SESC-SP, 2014.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**: Prefeitura do Município de Natal. Natal: RN Econômico, 1999.

CICCO, Januário. **Como se higienizaria Natal: algumas considerações sobre o seu saneamento**. Natal: Atelier Typ. M. Victorino, 1920.

CONTACTO da reportagem com os serviços da Prefeitura. **Diário de Natal**, Natal, p. 12, 28 jan. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028711_01/27126. Acesso em 31 ago. 2023.

FERREIRA, Angela Lúcia; EDUARDO, Anna Rachel B.; DANTAS, Ana Caroline; DANTAS, George A. F. **Uma cidade sã e bela:** a trajetória do saneamento em Natal 1850 a 1969. Natal: IAB-RN, CREA-RN, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Brasil 1940.** Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Brasil 1950.** Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

INAUGURADAS 74 casas feitas pela Fundação da Casa Popular. **Diário de Natal**, Natal, p. 6, 23 ago. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028711_01/28453. Acesso em: 31 ago. 2023.

O QUE é atualmente a Vila da Fundação Casa Popular. **Diário de Natal**, Natal, p. 8-5, 21 jan. 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028711_01/38446. Acesso em: 31 ago. 2023.

OLIVEIRA, Giovana P. **A cidade e a guerra:** A visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade do Natal na segunda guerra mundial. 2008. 243 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

SEM AGUA os moradores da Vila Popular. **Diário de Natal**, Natal, p. 4, 9 ago. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028711_01/33137. Acesso em: 31 ago. 2023.